**Exma. Sra. Dra. Juíza Federal da 1ª Vara Federal
Seção Judiciária do Distrito Federal**

URGENTE

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA
DE URGÊNCIA Nº 1027300-36.2020.4.01.3400**

(Assunto: Ilegalidade da Instrução Normativa n. 28, de 25 de março de 2020, de lavra do Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia)

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SINASEFE NACIONAL, já devidamente qualificado, nos autos supra referido, vem respeitosamente perante V. Exa., dizer e requerer o que segue:

O Sindicato autor ingressou com Ação Civil Pública com Pedido de Tutela de Urgência contra as graves ilegalidades contidas na Instrução Normativa nº 28, de 25/03/2020, expedida pelo Ministério da Economia, que determina supressão de verbas de caráter remuneratório e natureza alimentar dos substituídos.

Em que pese o autor ter ajuizado AÇÃO CIVIL PÚBLICA, restou determinado comprovar o pagamento de custas processuais sob pena de cancelamento da distribuição.

Diante disso, o autor procedeu ao recolhimento das custas processuais e faz a juntada do comprovante anexo, visando maior celeridade na análise da Tutela de Urgência que se faz imprescindível, eis que há risco iminente de prejuízos aos substituídos.

Outrossim e para as demais fases processuais, cumpre ressaltar que tal imposição de recolhimento de custas não se amolda ao que disciplina a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que rege a Ação Civil Pública. Nesse giro, o art. 18, da referida lei dispõe que:

Art. 18. Nas ações de que trata esta Lei não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

Ora, o dispositivo legal é suficientemente claro e autoexplicativo, de modo que a exigência de pagamento de custas trazida pelo respeitável despacho é flagrantemente contraditória à Lei nº 7.347/85.

Portanto, nesse instante e para maior celeridade da prestação jurisdicional quanto a tutela de urgência, o autor realiza a comprovação do pagamento das custas processuais, mas requer para todos atos ulteriores tramitarem em observância ao artigo 18 da Lei nº 7.347/85.

Por fim, destaca-se a necessidade de urgência de deferimento do pedido de tutela, eis que estão programados a supressão na folha de pagamento deste mês, a ser paga dia 02 de junho, quanto aos adicionais ocupacionais e auxílio-transporte dos substituídos em trabalho remoto nesse período de pandemia.

Além disso, e para agravar, serão realizados descontos retroativos a título de reposição ao erário dos adicionais e auxílios, superando em muito os 10% previstos no § 1º do artigo 46 da Lei nº 8.112/90. Tais descontos de meses anteriores ignoram que as parcelas foram recebidas de boa-fé e princípios da segurança jurídica, ampla defesa e contraditório, contrariando a jurisprudência uníssona sobre o tema.

Portanto, é urgente a necessidade de apreciação do pedido de tutela, conforme acima exposto e narrado na petição exordial, restando comprovado nos documentos anexos.

Isso posto, requer a juntada do comprovante de recolhimento de custas e que seja observado a previsão do artigo 18 da Lei nº 7.347/85 para todas demais etapas processuais.

Ainda, requer a concessão de tutela provisória de urgência, dispensada a oitiva prévia das partes rés, para os fins de determinar a suspensão dos efeitos da Instrução Normativa nº 28, de 25 de março de 2020, do Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e da Ocorrência n. 387 – Trabalho Remoto Coronavírus (COVID-19) do Ministério da Economia, mantendo o direito dos substituídos à percepção do adicional por serviço extraordinário, do auxílio-transporte, dos adicionais ocupacionais, à modificação dos períodos de férias já programados, bem como à eventual reversão da jornada reduzida nos termos do art. 5º da Medida Provisória n. 2.174-28/01, **e qualquer reposição de tais verbas de meses anteriores**, até o julgamento final do feito, conforme requerido na petição exordial.

Nesses termos, pede deferimento.

Brasília, 20 de maio de 2020.

José Luis Wagner
OAB/DF n. 17.183

Valmir Floriano Vieira de Andrade
OAB/DF n. 26.778